

Demonstrações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas

Vero S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório sobre a revisão das informações contábeis
intermediárias

Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n. 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período interino encerrado em 30 de junho de 2021 que estão sendo apresentadas, e revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 21 de setembro de 2021, sobre as demonstrações financeiras intermediárias relativas ao período interino encerrado em 30 de junho de 2021 que estão sendo apresentadas.

Fabiano Oliveira Ferreira
Diretor Presidente

Marcus José de Almeida Albernaz
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

A Vero apresentou mais um período de desempenho positivo, dando continuidade ao seu plano de expansão orgânico e inorgânico. Ao final de junho a Companhia alcançou 420,1 mil assinantes, um aumento de 123,8% em relação ao mesmo período do ano anterior que registrou 187,7 mil clientes.

A Companhia permanece desenvolvendo seu crescimento orgânico e, impulsionado pela sua metodologia única de identificação de cidades e regiões, tem gerado excelentes resultados.

Desde o começo do ano até junho de 2021 a Vero fez o lançamento de 16 novas cidades e incrementou a sua base de assinantes com 36,6 mil adições líquidas (o total de novas instalações, subtraindo os clientes que saíram da nossa base), um aumento de 44,1% em relação aos primeiros 6 meses de 2020, considerando para cada empresa adquirida os períodos após a conclusão dos respectivos acordos de aquisição.

Nosso modelo de expansão orgânica impulsionado pela replicabilidade da estratégia *Go-to-Market*, vem demonstrando êxito com resultados consistentes e escalabilidade em diferentes regiões do país.

No crescimento inorgânico, nós acrescentamos à base de clientes 33,2 mil no primeiro semestre de 2021 ("1S21") tivemos como destaque a conclusão da aquisição da Empire Serviços de Internet Ltda, com operações no Sul do país e da Plugnet Tecnologia e Informática Ltda. com atividades em Minas Gerais.

Adicionalmente, em julho de 2021 nós assinamos o acordo para a potencial aquisição de 100% do capital da Neorede, sujeita ainda a condições precedentes, e que, em sendo concluída, a Vero ampliará suas operações em 17 cidades no litoral do estado de Santa Catarina, expandindo ainda mais a sua atuação no Sul que oferece uma plataforma promissora de crescimento.

A Companhia registrou uma receita bruta de R\$ 249,5 milhões no 1S21, enquanto que a receita líquida foi de R\$ 190,6 milhões no 1S21, um aumento de 148,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada principalmente pelo aumento da base de assinantes e incremento do ticket médio, alavancado pela renovação contínua do nosso portfólio de produtos e ofertas.

Em linha com nossa estratégia de oferecer produtos diferenciados e de qualidade, visando a atração e retenção de clientes, continuamos acelerando nossas iniciativas de experiência do cliente e transformação digital na Companhia. A busca contínua pela melhor qualidade de produtos e proximidade junto aos nossos assinantes, asseguram a evolução nas pesquisas de satisfação, refletindo inclusive em melhoria das notas no site *ReclameAQUI* e culminaram no selo inédito do RA1000.

O crescimento da base de assinantes de forma orgânica e via aquisições, combinado com a disciplina financeira da Companhia resultou no Ebitda Ajustado de R\$ 90,5 milhões no 1S21, representando um aumento de 148,7% em relação ao primeiro semestre de 2020 ("1S20"), cabe ressaltar que em ambos os períodos a Vero manteve em 47,5% a margem Ebitda Ajustado em relação à receita líquida.

Nesse sentido, a Companhia encerrou os primeiros 6 meses com um lucro líquido de R\$ 29,7 milhões, contra R\$ 9,9 milhões no mesmo período de 2020, representando um aumento de 200,3%.

Diante da pandemia causada pela Covid-19, cabe enfatizar que nossos times em campo continuam

protegidos com equipamentos EPI's e que, apesar do avanço da campanha de vacinação no país, entendemos o momento delicado e prezamos pelo cuidado dos nossos colaboradores.

Por fim, gostaria de agradecer o empenho e confiança dos nossos 2 mil colaboradores que seguem se dedicando para levar o melhor da internet ao interior do Brasil.

Resultado Gerencial:

Vero S.A R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	Jun/2021 Consolidado	Jun/2020 Consolidado	Var. Total
Receita operacional líquida	190.641	76.582	148,9%
Lucro bruto	125.122	53.661	133,2%
Lucro antes dos tributos	33.598	15.945	110,7%
Lucro líquido do exercício	29.677	9.882	200,3%
EBITDA	80.400	29.558	172,0%
% Margem EBITDA	42,2%	38,6%	3,6pp
Plano de pagamento baseado em ações	1.947	2.951	
Despesas Não Recorrentes	8.156	3.880	
EBITDA AJUSTADO *	90.503	36.389	148,7%
% Margem EBITDA Ajustado	47,5%	47,5%	0,0 p.p.

* O EBITDA ajustado elimina o efeito de gastos não operacionais e não recorrentes da Companhia, como, por exemplo, Plano de Opções (SOP), e impactos diretamente relacionados a M&As e Integrações.

Conciliação entre o EBITDA e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Vero S.A R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	Jun/2021 Consolidado	Jun/2020 Consolidado	Var. Total
Lucro líquido do exercício	29.677	9.882	200,3%
(+) Resultado financeiro líquido	14.148	3.980	255,5%
(+) Depreciação e amortização	32.654	9.633	239,0%
(+) Imposto de renda e contribuição social	3.921	6.063	-35,3%
EBITDA	80.400	29.558	172,0%
Receita operacional líquida	190.641	76.582	148,9%
% Margem EBITDA	42,2%	38,6%	3,6pp
(+) Plano de pagamento baseado em ações	1.947	2.951	
(+) Despesas Não Recorrentes	8.156	3.880	
EBITDA AJUSTADO *	90.503	36.389	148,7%
% Margem EBITDA Ajustado	47,5%	47,5%	0,0 p.p.

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM n. 381/03 informamos que os auditores independentes não prestaram, durante o exercício de 2021 e 2020, outros serviços que não os relacionados com a auditoria independente de nossas demonstrações financeiras. A política de atuação da Companhia na

contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Boa leitura!

Fabiano Ferreira
Presidente da Vero S.A.

Vero S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	1
--	---

Demonstrações financeiras intermediárias auditadas

Balanços patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações dos valores adicionados	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos
Administradores e acionistas da
Vero S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Vero S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 30 de junho de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase sobre a representação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos a atenção à nota explicativa nº 33 às demonstrações financeiras intermediárias que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir mudança na política contábil para mensuração do valor justo do plano de pagamento baseado em ações, descritos na referida nota explicativa. Em 17 de agosto de 2021, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Vero S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Este relatório substitui o relatório emitido anteriormente em 17 de agosto de 2021. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras intermediárias. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Reconhecimento de receitas de prestação de serviços - internet

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela prestação de serviços de conectividade de internet de alta velocidade a clientes. Os valores da receita são reconhecidos quando as obrigações de desempenho foram atendidas, conforme critérios de reconhecimento de receita descritos nas notas explicativas nº 2.17 e 20. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para assegurar de que todos os serviços prestados foram devidamente registrados dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. Em função da relevância dos valores envolvidos, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- Entendimento das atividades de controles implementadas sobre o fluxo de transação de reconhecimento de receita;
- Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, de serviços faturados e a faturar considerando as datas efetivas da prestação dos serviços;
- Avaliação dos procedimentos e da periodicidade do reconhecimento das receitas de acordo com os contratos firmados junto aos clientes;

- Análise de uma amostra dos relatórios auxiliares de faturamento e respectivas reconciliações com os registros contábeis;
- Testes, para uma amostra, dos critérios de reconhecimento de receita referente aos serviços prestados próximos da data de encerramento do período de seis meses (“teste de corte da receita”);
- Testes de evidenciação de posterior recebimento financeiro dos montantes reconhecidos na receita; e
- Avaliação sobre a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado nas notas explicativas nº 2.5 e 25. Em 30 de junho de 2021, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$11.550 mil na Controladora e R\$19.363 mil no Consolidado.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Análise do cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Análise, de forma geral, das projeções de resultados, elaboradas pela administração da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;
- Análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável;
- Confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Com base em nossos procedimentos de auditoria, identificamos inconsistências no cálculo indicando a necessidade de constituição adicional de impostos diferidos ativos e passivos, os quais foram registrados pela Administração da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Combinações de negócios

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia adquiriu a Empire Serviços de Internet Ltda., e Plug Telecom, respectivamente, conforme descrito na nota explicativa nº 4. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição.

A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras intermediárias, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Realizamos a leitura de documentos relacionados a transação, tais como contratos e atas;
- Obtivemos as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas;

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas:

- Analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;
- Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado;

- Avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras intermediárias como um todo;
- Efetuamos o recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado nas combinações de negócios; e
- Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 21 de setembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Luis Carlos Marques', is written over a faint circular stamp.

Luis Carlos Marques
Contador CRC-1SP147693/O-5

Vero S.A.

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	170.657	159.500	188.341	173.559
Contas a receber	6	31.973	28.847	58.211	41.756
Estoques	7	17.955	11.319	27.467	15.520
Adiantamentos a fornecedores		2.019	3.811	2.795	4.901
Tributos a recuperar		6.238	6.751	10.916	8.792
Outros ativos		2.300	1.440	2.503	1.221
Total do ativo circulante		<u>231.142</u>	<u>211.668</u>	<u>290.233</u>	<u>245.749</u>
Não circulante					
Transações com partes relacionadas	29	6.938	-	-	-
Tributos diferidos	25	11.550	9.214	19.363	10.117
Tributos a recuperar		6.784	5.272	10.256	6.530
Depósitos judiciais		322	468	322	490
Outros ativos		299	51	450	166
Investimentos	9	<u>452.770</u>	<u>342.441</u>	-	-
Imobilizado	8	<u>172.347</u>	<u>147.759</u>	<u>254.163</u>	<u>189.018</u>
Intangível	10	<u>389.601</u>	<u>385.410</u>	<u>777.586</u>	<u>711.728</u>
Ativo de direito de uso	11	<u>33.411</u>	<u>12.035</u>	<u>51.729</u>	<u>13.473</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.074.022</u>	<u>902.650</u>	<u>1.113.869</u>	<u>931.522</u>
Total do ativo		<u><u>1.305.164</u></u>	<u><u>1.114.318</u></u>	<u><u>1.404.102</u></u>	<u><u>1.177.271</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	12.333	10.674	30.420	20.923
Empréstimos e financiamentos	13	9.375	228	9.829	362
Passivo de arrendamento	11	7.084	2.375	11.923	2.981
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	15.453	15.042	22.441	19.477
Imposto de renda e contribuição social a pagar		471	1.990	9.833	11.009
Impostos e contribuições sociais a recolher	15	15.321	11.174	22.768	16.239
Obrigações por aquisição de participação societária	14	30.453	50.667	30.453	53.167
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	25.459	-	25.459
Instrumentos financeiros derivativos	27h	1.049	221	1.049	221
Receitas diferidas		4.435	5.316	5.894	5.316
Outros passivos		7.638	3.268	8.026	2.921
Total do passivo circulante		103.612	126.414	152.636	158.075
Não circulante					
Fornecedores	12	1.187	1.973	1.187	1.973
Passivo de arrendamento	11	25.014	8.362	39.321	9.193
Empréstimos e financiamentos	13	140.920	19	141.764	19
Impostos e contribuições sociais a recolher	15	5.597	2.488	8.276	4.372
Obrigações por aquisição de participação societária	14	235.777	210.001	243.277	216.251
Provisões para demandas judiciais	17	18.241	21.865	42.825	43.466
Outros passivos		3.192	3.196	3.192	3.922
Total do passivo não circulante		429.928	247.904	479.842	279.196
Total do passivo		533.540	374.318	632.478	437.271
Patrimônio líquido					
Capital social		521.857	521.857	521.857	521.857
Reservas de capital		204.978	203.031	204.978	203.031
Reservas de lucro		15.112	15.112	15.112	15.112
Lucros acumulados		29.677	-	29.677	-
Total do patrimônio líquido	18	771.624	740.000	771.624	740.000
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.305.164	1.114.318	1.404.102	1.177.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Vero S.A.

Demonstrações dos resultados

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	20	102.947	-	190.641	76.582
Custos dos serviços prestados	21	(38.410)	-	(65.519)	(22.921)
Lucro bruto		64.537	-	125.122	53.661
Receitas (despesas) operacionais		(24.451)	12.066	(77.376)	(33.736)
Despesas com vendas	22	(13.949)	(1.603)	(19.072)	(6.277)
Gerais e administrativas	23	(42.726)	(2.141)	(60.507)	(29.020)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(1.111)	1.184	2.203	1.561
Resultado de equivalência patrimonial	9	33.335	14.626	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		40.086	12.066	47.746	19.925
Receitas financeiras	24.1	6.456	232	7.210	960
Despesas financeiras	24.2	(18.256)	(1.995)	(21.358)	(4.940)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		28.286	10.303	33.598	15.945
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	(944)	(267)	(13.166)	(7.947)
Imposto de renda e contribuição social diferido	25	2.335	(154)	9.245	1.884
Lucro líquido do período		29.677	9.882	29.677	9.882
Lucro básico por ação (em R\$)	26			0,034892	0,024829
Lucro diluído por ação (em R\$)	26			0,034289	0,024089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Vero S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do período	29.677	9.882	29.677	9.882
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período, líquidos dos tributos	29.677	9.882	29.677	9.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Vero S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Capital Social		Reserva de capital		Reserva de lucros			Total
		Subscrito	a integralizar	Reservas de capital	Reserva para opção de compra de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldo em 31.12.2019		148.119	(20.000)	196.584	1.611	8.821	619	-	335.754
Aumento de capital	18.a	70.873	20.000	-	-	-	-	-	90.873
Reserva para opção de compra de ações	19	-	-	-	2.951	-	-	-	2.951
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	9.882	9.882
Saldo em 30.06.2020 (reapresentado)		218.992	-	196.584	4.562	8.821	619	9.882	439.460
Saldo em 31.12.2020		521.857	-	196.584	6.447	2.106	13.006	-	740.000
Reserva para opção de compra de ações	19	-	-	-	1.947	-	-	-	1.947
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	29.677	29.677
Saldo em 30.06.2021 (reapresentado)		521.857	-	196.584	8.394	2.106	13.006	29.677	771.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Vero S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.21 (reapresentado)	30.06.20 (reapresentado)	30.06.21 (reapresentado)	30.06.20 (reapresentado)
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.286	10.303	33.598	15.945
Provisão para perda de crédito esperada	2.400	-	5.284	1.835
Depreciação e amortização	23.326	916	32.654	9.633
Resultado de equivalência patrimonial	(33.335)	(14.625)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.448	-	3.487	55
Juros sobre obrigações por aquisições de participações societárias	3.330	1.427	3.330	1.427
Baixa de obrigações a pagar a ex-acionistas por liquidação antecipada	-	(1.448)	-	(1.448)
Resultados em instrumentos financeiros derivativos	1.867	-	1.867	-
Reserva para pagamento baseado em ações	1.947	2.951	1.947	2.951
Ajuste a valor presente de passivos de arrendamento	1.929	502	2.737	663
Provisão para demandas judiciais	(3.532)	262	(6.393)	(213)
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	(5.526)	-	(19.553)	(9.052)
Estoques	(6.636)	-	(11.947)	(6.472)
Adiantamento a fornecedores	1.792	382	2.106	(2.077)
Tributos a recuperar	(999)	(12)	(5.634)	(2.855)
Depósitos judiciais	146	-	168	(35)
Contas a receber com partes relacionadas	(6.938)	(29.451)	-	-
Outros créditos	(1.108)	(341)	(1.109)	(714)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	873	(174)	6.072	6.478
Pessoal, encargos e benefícios sociais	411	1.968	1.962	5.480
Impostos, taxas e contribuições	7.256	10	7.474	3.765
Demandas judiciais pagas	(92)	-	(138)	(3)
Obrigações com partes relacionadas	-	26	-	-
Outras contas a pagar	3.483	175	2.917	714
	22.328	(27.129)	60.829	26.077
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.463)	-	(14.342)	(5.529)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	19.865	(27.129)	46.487	20.548
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição Grupo Vero, líquido de caixa adquirido	-	(20.874)	-	(20.874)
Aquisição da INB e MKA Net	(39.768)	-	(41.041)	-
Aquisição da Empire	(10.562)	-	(10.153)	-
Aquisição da Plug	(10.631)	-	(10.259)	-
Aporte de capital em controladas	(13.800)	-	-	-
Acréscimo no ativo imobilizado e intangível	(49.829)	(4.513)	(83.463)	(49.163)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(124.590)	(25.387)	(144.916)	(70.037)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos pagos	(3.400)	-	(4.783)	(353)
Empréstimos e financiamentos tomados	150.000	-	150.000	-
Liquidação de instrumentos financeiros	(1.039)	-	(1.039)	-
Passivo de arrendamentos pagos	(4.220)	(2.215)	(5.508)	(2.430)
Aumento de capital	-	90.874	-	90.874
JSCP e Dividendos pagos	(25.459)	-	(25.459)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	115.882	88.659	113.211	88.091
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.157	36.143	14.782	38.602
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	159.500	14.976	173.559	19.836
No fim do período	170.657	51.119	188.341	58.438
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.157	36.143	14.782	38.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Vero S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021 (reapresentado)	30.06.2020 (reapresentado)	30.06.2021 (reapresentado)	30.06.2020 (reapresentado)
Receitas	132.904	8	245.420	101.437
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	134.982	-	248.560	99.567
Outras receitas	322	8	2.144	35
Perda Estimada em créditos de liquidação duvidosa-Reversão/(Constituição)	(2.400)	-	(5.284)	1.835
Insumos adquiridos de terceiros	(24.857)	8.303	(45.132)	(22.500)
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos	(8.212)	-	(12.362)	(9.317)
Perda / Recuperação de valores ativos	228	-	261	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.873)	8.303	(33.031)	(13.183)
Valor adicionado bruto	108.047	8.311	200.288	78.937
Retenções	(23.325)	(916)	(32.653)	(9.633)
Depreciação e amortização	(23.325)	(916)	(32.653)	(9.633)
Valor adicionado líquido produzido	84.722	7.395	167.635	69.304
Valor adicionado recebido em transferência	39.791	14.857	7.210	960
Resultado de equivalência patrimonial	33.335	14.625	-	-
Receitas financeiras	6.456	232	7.210	960
Valor adicionado total a distribuir	124.513	22.252	174.845	70.264
Distribuição do valor adicionado	(124.513)	(22.252)	(174.845)	(70.264)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(24.512)	(10.868)	(32.822)	(20.263)
Remuneração direta	(17.044)	(6.720)	(22.610)	(12.147)
Benefícios	(5.270)	(3.907)	(7.071)	(7.467)
FGTS	(2.197)	(241)	(3.141)	(1.449)
Impostos, taxas e contribuições	(48.186)	(211)	(83.897)	(32.709)
Federal	(12.619)	(1.583)	(28.393)	(15.252)
Estadual	(34.186)	(4)	(53.680)	(19.856)
Municipal	(1.381)	1.376	(1.824)	2.399
Remuneração de capitais de terceiros	(22.138)	(1.291)	(28.449)	(7.410)
Juros	(18.044)	(1.983)	(20.929)	(4.910)
Aluguéis	(4.094)	692	(7.520)	(2.500)
Remuneração de capitais próprios	(29.677)	(10.706)	(29.677)	(10.706)
Lucros retidos	(29.677)	(10.706)	(29.677)	(10.706)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vero S.A. (“Vero” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 11 de outubro de 2018 e sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas nº 205, conjunto 31, Vila Olímpia, CEP 04551-000, São Paulo/SP.

A Companhia, conforme seu estatuto social, indiretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo Vero”) tem como atividades: (i) a prestação de serviços de telecomunicações e internet em geral envolvendo, entre outras atividades correlatas e não expressamente especificadas, o serviço de comunicação multimídia – SCM, o serviço telefônico fixo comutado – STFC e o serviço de operadora de televisão por assinatura por cabo; (ii) a prestação de serviços como provedor de acesso às redes de comunicações; (iii) a prestação de serviços como provedor de voz sobre protocolo internet – VOIP; (iv) a exploração de serviços de valor adicionado, incluindo, disponibilização sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres; (v) comércio varejista de equipamentos de comunicação; (vi) comércio varejista de equipamentos de telefonia, internet, informática e suas peças e acessórios; (vii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicações; (viii) aluguel de equipamentos de comunicação, sem operador; (ix) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; (x) suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação; (xi) instalação e manutenção elétrica; (xi) outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; e (xii) a participação, direta ou indireta, em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista, bem como por meio de associação ou cooperação.

Além do acima exposto, a Companhia, na consecução do seu objeto social, poderá: (i) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (ii) elaborar, implantar e instalar projetos relacionados às atividades da Companhia; (iii) gerir e prestar serviços de engenharia e executar obras de construção civil e correlatas, necessárias para a execução de projetos relacionados às atividades da Companhia; (iv) prestar serviço de intermediação de negócios em geral; (v) exercer outras atividades afins ou correlatas que lhe forem atribuídas conforme regulamentação aplicável emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL”.

Em 15 de agosto de 2021, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, **(i)** a desistência do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “B”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); **(ii)** a autorização para abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria “A”, perante a CVM; **(ii)** a autorização para o pedido de adesão da Companhia ao segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; **(iii)** a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM; e **(iv)** a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementar estas deliberações.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato de autorização

O Grupo Vero obteve autorização com prazo indeterminado da Anatel para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM em todo território nacional, o que habilita a expansão de suas operações e o desenvolvimento de novos negócios.

Comentários sobre COVID-19

No início de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do coronavírus ("COVID-19") configura uma pandemia em escala global. A pandemia COVID-19 gerou uma crise de saúde global e levou a uma série de ações governamentais em nível federal, estadual e local em várias regiões em um esforço para enfrentar o surto viral. As medidas governamentais incluíam, entre outras coisas, ordens de permanência em casa e o fechamento de empresas não consideradas essenciais para a provisão do bem-estar básico da sociedade.

Em resposta ao COVID-19, a Companhia adotou várias ações para compensar os efeitos de uma pandemia como:

- Adoção do trabalho remoto à todos os funcionários que estavam alocados em seus escritórios;
- Para a equipe operacional foram disponibilizados equipamentos de proteção e prevenção à contaminação;
- Para as demais equipes de linha de frente como equipe de loja, foi fornecida a máscara N95 e álcool em gel. Foram isolados os ambientes com fita para manter o distanciamento e se intensificou a higienização dos ambientes;
- Diversas campanhas de comunicação e orientação foram executadas:
- Lives com os executivos da empresa falando da importância da prevenção;
- Lives com o médico do trabalho (pneumologista) dando orientações acerca da pandemia;
- Ações de bem-estar (como meditação, palestra de nutrição, dentre outras).
- Página na intranet exclusiva com orientações para Covid;
- Página na intranet com vários temas relacionados ao bem-estar para melhorar a qualidade de vida dos colaboradores;

Impactos analisados

- A Companhia não sofreu impactos operacionais relevantes relativos a COVID-19, mantendo os seus serviços, resultados e geração de caixa em linha com o planejado;
- A inadimplência teve um leve impacto, basicamente em função da movimentação da carteira;
- Todos os projetos de expansão e melhorias foram continuados;
- A Companhia investiu em acessos remotos para todos trabalharem de casa, inclusive atendimento;

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia utilizou o benefício das Portarias 139 e 245 (03/04 e 15/06/2020) que prorrogou o prazo de recolhimento dos tributos federais, onde:
 - I. Contribuições previdenciárias devidas em março, abril e maio de 2020 foram pagas juntamente com as vincendas em julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente; e
 - II. PIS/PASEP devidos em março, abril e maio de 2020 foram pagos juntamente com as vincendas em julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.
- A Companhia utilizou o benefício MP 932 (31/03/2020) – convertida na Lei 14.025 em 14/07/20, que reduziu as alíquotas de contribuições aos serviços sociais (sistema “S”) para os seguintes percentuais:
 - I. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop): 1,25%;
 - II. Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc) e Serviço Social do Transporte (Sest): 0,75%;
 - III. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat): 0,5%; e
 - IV. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar): 1,25% sobre a folha de pagamento, 0,125% sobre a receita da produção rural (PJ e agroindústria) e 0,10% sobre a receita da produção rural (PF e segurado especial).

A Administração vem monitorando os efeitos nos negócios e não identificou até o momento nenhum risco de continuidade, ou necessidade de provisão de *impairment* de ativos.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e mensuração

a) Demonstrações financeiras intermediárias individuais (controladora) e consolidado

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e com base na premissa de continuidade operacional das operações da Companhia.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração do valor adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as companhias abertas e são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras intermediárias foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de setembro de 2021.

b) Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas estão descritas abaixo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia e suas controladas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas.

d) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia e de suas controladas de continuarem operando normalmente e possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

f) Estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na nota explicativa nº 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia suas controladas em 30 de junho de 2021. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem exposto ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

As demonstrações financeiras intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras intermediárias das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras intermediárias da Vero S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controladas	País sede	30.06.2021	31.12.2020
Participação direta			
MKANET Serviços e Comércio de Informática Ltda.	Brasil	100%	100%
INB Telecom EIRELI - EPP	Brasil	100%	100%
Empire Serviços de Internet Ltda. (a)	Brasil	100%	-
PLUGNET Tecnologia e Informática LTDA EPP (b)	Brasil	100%	-
G4 Telecomunicações, Comércio e Serviços de Informática EI (b)	Brasil	100%	-
Mega Simples Telecom LTDA EPP (b)	Brasil	100%	-
Participação indireta			
Clic Rápido Telecomunicação Ltda.	Brasil	100%	100%

(a) Empire Serviços de Internet Ltda. foi adquirida pela Companhia em 31 de janeiro de 2021.

(b) As empresas Plugnet, G4 e Mega foram adquiridas pela Companhia em 16 de abril de 2021.

MKANET Serviços e Comércio de Informática Ltda.

Constituída em 11 de abril de 2007, a MKNET dedica-se à prestação de serviços de comunicação multimídia, provimento de acesso às redes de comunicações e encontra-se localizada em São Miguel Do Oeste -SC.

INB Telecom EIRELI - EPP

Constituída em 02 de abril de 2002, a INB dedica-se à prestação de serviços de comunicação, multimídia e encontra-se localizada em Santo Antônio da Patrulha - RS.

Clic Rápido Telecomunicação Ltda.

Constituída em 25 de abril de 2016, a Clic Rápido dedica-se à prestação de serviços de comunicação multimídia, provimento de acesso às redes de comunicações e encontra-se localizada em Santo Ângelo - RS.

Empire Serviços de Internet Ltda.

Constituída em 12 de maio de 1988, a Empire dedica-se à prestação de serviços de comunicação multimídia, provimento de acesso às redes de comunicações e encontra-se localizada em São Lourenço do Oeste - SC.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Grupo Plug

O grupo PLUG é formado por três empresas: Plugnet Tecnologia e Informática LTDA, constituída em 30 de outubro de 2008 que encontra-se localizada em Oliveira – MG, Mega Simples Telecom LTDA, constituída em 29 de março de 2005 que encontra-se localizada em Cláudio – MG e a G4 Telecomunicações Comercio e Serviços de Informática Eireli, constituída em 07 de maio de 2020 e encontra-se localizada em Perdões – MG, O Grupo Plug dedica-se à prestação de serviços de comunicação multimídia, provimento de acesso às redes de comunicações.

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aquisições efetuadas até o período findo em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladores pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.4. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.5. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$60, trimestralmente, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

O imposto de renda e a contribuição social relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas contabilizam os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia e suas controladas se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos sobre as vendas

Sobre as receitas de prestação de serviços das controladas há incidência de imposto de duas formas, sendo parte calculada pelo regime cumulativo tendo o PIS (0,65%), COFINS (3,00%) e ICMS (27% MG, 29% PR, 30% RS e 25% SC) e para o regime não cumulativo, PIS (1,65%), COFINS (7,60%), além de ISS, com alíquota média de 3,00%.

A partir de 1º de julho de 2015, conforme Decreto 8.426, as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativo passaram a ter incidência nas alíquotas de 0,65% para PIS e 4,00% para COFINS.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

2.7. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do período.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

2.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou vida útil econômica.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o período de seis meses de 2021 e 2020 são as seguintes:

Categoria de ativo	Taxa média de depreciação anual
Equipamentos de comutação/transmissão	20%
Equipamentos terminais/modens	20%
Infraestrutura	10%
Equipamentos de informática	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Bens e instalações em andamento	10%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

2.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Categoria de ativo	Vida útil	
	30.06.2021	31.12.2020
Softwares e licenças	4,4 anos	4,4 anos
Goodwill	Indefinida	Indefinida
Ativo de direito de uso (tempo médio)	7,1 anos	7,1 anos
Autorização de uso de blocos de radiofrequência	18 anos	18 anos
Marcas	Indefinida	Indefinida
Carteira de clientes	15 anos	15 anos
Acordo de não concorrência	5 anos	5 anos
Contratos vantajosos	34 a 60 meses	34 a 60 meses

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, direito de uso, marcas e patentes, carteira de clientes e outros ativos intangíveis.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.11. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo valor de aquisição líquido dos impostos e controlados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição aos depósitos das controladas. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

A Companhia registra em seus estoques os materiais utilizados para a operação, tanto equipamentos como modens quanto materiais para instalação como cabos e ferramental.

Os materiais utilizados nas instalações são transferidos para o imobilizado após finalizada a instalação e são depreciados pela vida útil estimada do grupo que o mesmo compõe.

2.12. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13. Informação por segmento

Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas e que a consolidação dessas informações se devem à: (i) natureza de produtos e serviços; (ii) natureza de processos; (iii) tipo de clientes; (iv) classes de produtos e serviços; (v) método de distribuição dos serviços; e (vi) natureza do ambiente regulatório, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 31 de dezembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários (inclusive executivos seniores) da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais. Funcionários trabalhando no departamento de desenvolvimento dos negócios são recompensados com direitos sobre a valorização de ações.

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza o método de avaliação (Cox-Ross-Rubinstein).

Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, e última instância, serão adquiridos. A despesa na demonstração do resultado do período representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

2.16. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

Aluguéis de imóveis	4,8 anos
Aluguel de máquinas e equipamentos	8,6 anos

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.17. Receitas de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca da transferência de bens ou serviços mediante um contrato com o cliente. Nesses contratos não existem elementos de contraprestação variável, componente de financiamento significativo no contrato, contraprestação não monetária ou contraprestação a pagar ao cliente.

A Companhia e suas controladas reconhecem receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente que estão atreladas as obrigações de desempenho de contratos. A receita operacional da Companhia e suas controladas é proveniente, principalmente, de receita de conectividade e tecnologia da informação.

As receitas totais dos pacotes que combinam vários produtos ou serviços de internet, rede fixa, dados, ou televisão, são alocadas a cada obrigação de desempenho de forma distinta, onde a alocação representa o montante da contrapartida a que a Vero espera ter direito em troca da transferência do prometido bens ou serviços para o cliente. Como os clientes da Companhia recebem e consomem ao mesmo tempo os benefícios da prestação de serviço, a receita se enquadra para ser reconhecida ao longo do tempo.

A receita de vendas de aparelhos é reconhecida conforme o modelo de reconhecimento satisfeito em um momento no tempo, no momento da venda quando o cliente recebe o controle do bem.

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre elas.

Contas a receber de clientes

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Passivos de contrato

Um passivo de contrato é reconhecido se um pagamento for recebido ou um pagamento é devido (dentre estes o que ocorrer antes) de um cliente antes que a Companhia ou suas controladas transfiram bens ou serviços relacionados.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando o Grupo cumpre as obrigações previstas no contrato (a transferência do controle dos bens ou serviços ao cliente).

2.18. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para os quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado do valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócio da Companhia e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixas contratuais e também com o objetivo de venda.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos financeiros de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39/ IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não foram mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia e suas controladas se beneficiam destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimonial designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia e suas controladas não tenham classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) A Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade.

Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas aplicam abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia e suas controladas não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia na sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.19. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

A Companhia não identificou assuntos ligados a pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras que possam ter um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras intermediárias estão abaixo apresentadas:

IFRS 17 - Contrato de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia e suas controladas pretendem adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas avaliadas como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. “

Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia e suas controladas utilizam as taxas de perda histórica observadas em exercícios anteriores para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladores pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

a) Aquisição Empire Serviços de Internet Ltda.:

Em 31 de janeiro de 2021 a Companhia adquiriu a participação acionária de 100% das quotas e controle da Empire Serviços de Internet Ltda. A adquirida possui como principal atividade a oferta de serviços de internet via rede de fibra ótica, atuando na região do Paraná. Para esta operação não houve necessidade de obtenção de aprovação junto ao CADE.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos preliminares para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da Empire, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios. O laudo para alocação do preço de aquisição apresentava valores preliminares, sujeitos a revisão dentro de um período de até um ano.

Descrição	Jan.21
Ativo circulante	1.917
Ativo não circulante	1.161
Imobilizado e mais valia	7.055
Carteira de clientes	6.980
Acordo de não-concorrência	290
Contratos vantajosos	141
Passivo circulante	(7.793)
Provisão para demandas judiciais (a)	(2.560)
Total de ativos identificáveis líquidos	7.191
Parcela do ágio não alocada - <i>Goodwill</i>	28.351
Total da contraprestação	35.542

(a) A provisão para demandas judiciais é demonstrada no quadro acima pelo montante corresponde ao valor histórico registrado pela adquirida, uma vez que a Companhia continua avaliando as estimativas dos valores justos assim como identificando contingências adicionais que se enquadrem no requerimento de reconhecimento estabelecido no parágrafo 23 do CPC 15 (IFRS 3). Isto é, contingência que: (i) represente uma obrigação presente oriunda de eventos passados e, (ii) possa ser mensurado de forma confiável, independentemente da probabilidade de perda.

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios foram reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1) / IAS 38- Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Carteira de clientes	6.980	Multi-Period Excess Earnings Method - ("MPEEM")	15 anos
Acordo de não concorrência	290	With or Without ("WoW")	5 anos
Contratos vantajosos	141	With or Without ("WoW")	34 meses
Mais valia de ativo imobilizado	4.489	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	5 anos

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição da Empire Serviços de Internet Ltda.

	Jan.21
Preço de aquisição	35.542
Parcela retida (i)	(25.003)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(386)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	10.153

- (i) O fluxo de pagamentos é composto por parcelas mensais, sendo nove parcelas de R\$ 401, de julho 21 a dezembro 21, totalizando R\$ 2.419 e 49 parcelas de R\$ 460, totalizando R\$ 22.584. O valor é atualizado por 100% do CDI até a data do pagamento.

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do período findo em 30 de junho de 2021 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela adquirida, a partir de 31 de janeiro de 2021.

Desde a data de aquisição, a Empire, contribuiu com uma receita líquida de R\$ 6.837 e lucro líquido de R\$ 1.369. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do período, a receita líquida contribuída pela Empire na receita consolidada da Companhia seria R\$ 8.634 e o lucro consolidado seria de R\$ 1.390.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$ 289, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas na controladora.

b) Aquisição do Grupo Plug:

Em 16 de abril de 2021 a Companhia adquiriu a participação acionária de 100% das quotas e controle das empresas: PLUGNET Tecnologia e Informática LTDA EPP, G4 Telecomunicações, Comércio e Serviços de Informática EI e Mega Simples Telecom LTDA EPP, denominadas como Grupo Plug. As adquiridas possuem como principal atividade a oferta de serviços de internet via rede de fibra ótica, atuando na região de Minas Gerais. Para esta operação não houve necessidade de obtenção de aprovação junto ao CADE.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alocação do valor justo

A Administração da Companhia realizou estudos preliminares para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição das empresas adquiridas, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios. O laudo para alocação do preço de aquisição apresentava valores preliminares, sujeitos a revisão dentro de um período de até um ano.

Descrição	16.04.21			
	PLUGNET	G4	Mega Simples	Total
Ativo circulante	494	434	333	1.261
Ativo não circulante	-	1	6	7
Carteira de clientes	3.330	1.510	3.220	8.060
Acordo de não concorrência	100	40	100	240
Contratos vantajosos	51	-	28	79
Imobilizado e mais valia	4.089	1.152	2.763	8.004
Passivo circulante	(620)	(403)	(551)	(1.574)
Passivo não circulante	(1.293)	(107)	(967)	(2.367)
Provisão para demandas judiciais	(1.604)	(63)	(1.663)	(3.330)
Total de ativos identificáveis líquidos	4.547	2.564	3.269	10.380
Goodwill	8.909	(1.194)	9.556	17.271
Total da contraprestação	13.456	1.370	12.825	27.651

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios foram reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis

Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1) / IAS 38- Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Carteira de clientes	8.060	Multi-Period Excess Earnings Method - ("MPEEM")	15 anos
Acordo de não concorrência	240	With or Without ("WoW")	5 anos
Contratos vantajosos	79	With or Without ("WoW")	38 meses
Mais valia de ativo imobilizado	1.418	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	5 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saída de caixa líquida na aquisição do Grupo Plug.

	Abr.21
Preço de aquisição	27.651
Parcela retida (i)	(17.020)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(372)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	10.259

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do período findo em 30 de junho de 2021 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela adquirida, a partir de 17 de abril de 2021.

Desde a data de aquisição, o Grupo Plug, contribuiu com uma receita líquida de R\$ 2.999 e lucro líquido de R\$ 1.374. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do período, a receita líquida contribuída pelo Grupo Plug na receita consolidada totalizaria R\$ 5.989 e o lucro consolidado seria de R\$ 1.950.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$ 310, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas na controladora.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	17.274	37.301	31.718	43.987
Certificados de depósitos bancários (a)	153.383	122.199	156.623	129.572
	170.657	159.500	188.341	173.559

(a) O saldo é composto por Certificados de Depósitos Bancários CDBs. As aplicações são remuneradas entre 99% e 102% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário CDI.

Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Contas a receber de clientes (faturado)	41.741	36.215	70.904	42.359
Contas a receber de clientes (não faturado)	-	-	2.744	8.894
Provisão para perdas de crédito esperadas	(9.768)	(7.368)	(15.437)	(9.497)
	31.973	28.847	58.211	41.756

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2019	-	(5.397)
Perda efetiva de recebíveis		3.963
Constituição / reversão	-	(1.835)
Saldo em 30.06.2020	-	(3.269)
Saldo em 31.12.2020	(7.368)	(9.497)
Efeito de aquisições em combinações de negócios	-	(656)
Constituição / reversão	(2.400)	(5.284)
Saldo em 30.06.2021	(9.768)	(15.437)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Material para prestação de serviço	6.478	4.246	6.478	4.246
Estoque para usuário final (a)	11.477	1.409	11.684	1.868
Estoque para imobilizado (b)	-	4.576	9.305	8.318
Mercadorias em posse de terceiros	-	1.088	-	1.088
	17.955	11.319	27.467	15.520

- (a) Tratam-se de equipamentos e materiais utilizados na instalação de serviços a novos clientes.
(b) Tratam-se de equipamentos e materiais utilizados na expansão do parque instalado da Companhia

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as controladas não possuía estoques dados como penhor de garantia a passivos.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Controladora				Controladora				
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldos em 30.06.2020	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 30.06.2021
Custo									
Equipamentos de comutação / transmissão	95	313	-	408	150.556	35.239	-	6.211	192.006
Equipamentos terminais / modems	-	-	-	-	157	5.510	-	-	5.667
Infraestrutura	130	899	-	1.029	5.119	592	-	-	5.711
Equipamentos de informática	254	243	-	497	3.706	1.186	-	-	4.892
Veículos	-	-	-	-	601	-	-	-	601
Máquinas e equipamentos	2	-	-	2	3.464	356	-	-	3.820
Móveis e utensílios	347	277	-	624	1.962	216	-	-	2.178
Bens e instalações em andamento	-	-	-	-	6.793	97	-	(6.211)	679
	828	1.732	-	2.560	172.358	43.196	-	-	215.554
Depreciação									
Equipamentos de comutação / transmissão	(2)	(19)	-	(21)	(21.673)	(14.891)	-	-	(36.564)
Equipamentos terminais / modems	-	-	-	-	(25)	(1.783)	-	-	(1.808)
Infraestrutura	(2)	(79)	-	(81)	(600)	(351)	-	-	(951)
Equipamentos de informática	(33)	(48)	-	(81)	(772)	-	-	-	(772)
Veículos	-	-	-	-	(266)	(52)	-	-	(318)
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	(736)	(1.418)	-	-	(2.154)
Móveis e utensílios	(5)	(24)	-	(29)	(527)	(113)	-	-	(640)
	(42)	(170)	-	(212)	(24.599)	(18.608)	-	-	(43.207)
Valor residual	786	1.562	-	2.348	147.759	24.588	-	-	172.347

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

	Consolidado				Consolidado					
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldos em 30.06.2020	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Saldos em 30.06.2021
Custo										
Equipamentos de comutação/transmissão	59.865	34.809	-	94.674	175.380	45.258	-	6.378	6.403	233.419
Equipamentos terminais/modens	158	-	-	158	158	7.190	-	-	-	7.348
Infraestrutura	2.444	1.822	-	4.266	11.856	11.154	-	-	319	23.329
Equipamentos de informática	3.143	713	-	3.856	4.655	6.850	-	-	19	11.524
Veículos	1.436	-	-	1.436	3.496	636	-	-	306	4.438
Máquinas e equipamentos	3.335	129	-	3.464	10.229	963	-	-	7.823	19.015
Móveis e utensílios	1.226	326	-	1.552	2.546	459	-	-	101	3.106
Bens e instalações em andamento	204	-	-	204	6.960	97	-	(6.378)	85	764
	71.811	37.799	-	109.610	215.280	72.607	-	-	15.056	302.943
Depreciação										
Equipamentos de comutação/transmissão	(4.737)	(5.595)	-	(10.332)	(21.802)	(17.750)	-	-	-	(39.552)
Equipamentos terminais/modens	(3)	(7)	-	(10)	(25)	(2.068)	-	-	-	(2.093)
Infraestrutura	(104)	(200)	-	(304)	(626)	(1.054)	-	-	-	(1.680)
Equipamentos de informática	(437)	(1.188)	-	(1.625)	(846)	(94)	-	-	-	(940)
Veículos	(234)	(150)	-	(384)	(385)	(322)	-	-	-	(707)
Máquinas e equipamentos	(249)	(197)	-	(446)	(1.429)	(1.084)	-	-	-	(2.513)
Móveis e utensílios	(279)	(104)	-	(383)	(1.149)	(146)	-	-	-	(1.295)
	(6.043)	(7.441)	-	(13.484)	(26.262)	(22.518)	-	-	-	(48.780)
Valor residual	65.768	30.358	-	96.126	189.018	50.089	-	-	15.056	254.163

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve reconhecimento de provisão para perda relacionada à redução ao valor recuperável (*impairment*).

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos na controladora

	Lafaiete	Infoline	City10	Nwnet	Total
Saldo 31.12.2019	134.930	108.631	58.701	97.416	399.678
Resultado de equivalência patrimonial	9.738	2.810	(890)	2.968	14.626
Saldo 30.06.2020	144.668	111.441	57.811	100.384	414.304

	MK Net	INB	Empire	Plugnet	G4	Mega	Total
Saldo 31.12.2020	137.108	205.333	-	-	-	-	342.441
Aquisição de investimento	-	-	35.541	13.457	1.370	12.825	63.194
Aportes de capital	4.000	2.500	2.300	4.000	-	1.000	13.800
Resultado de equivalência patrimonial	6.940	24.393	725	315	542	421	33.335
Saldo 30.06.2021	148.048	232.226	38.566	17.772	1.912	14.246	452.770

b) Os saldos das principais contas do balanço das controladas são:

Em 30 de junho de 2021:

	Empire	MKA Net	INB	Plugnet	G4	Mega
Receita operacional líquida	6.837	22.391	55.457	997	1.062	940
Patrimônio líquido (a)	1.192	22.100	24.568	5.454	1.854	2.979
Lucro líquido do período	1.040	7.966	26.176	364	555	454
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Em 30 de junho de 2020:

	Lafaiete	Infoline	City 10	NW Net
Receita operacional líquida	26.149	22.531	11.834	16.068
Patrimônio líquido (a)	31.698	11.324	972	31.205
Lucro líquido (prejuízo) do período	9.737	2.810	(890)	2.968
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%

(a) Os valores apresentados acima não incluem as alocações e *goodwill* oriundas de combinações de negócios.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Controladora					Controladora			
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldos em 30.06.2020		Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Saldos em 30.06.2021
Custo									
Goodwill	-	-	-	-		339.105	-	-	339.105
Marcas	1.931	223	-	2.154		2.231	-	-	2.231
Carteira de clientes	-	-	-	-		29.700	-	-	29.700
Softwares e licenças	1.129	2.558	-	3.687		18.747	6.033	-	24.780
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-		3.260	600	-	3.860
	3.060	2.781	-	5.841		393.043	6.633	-	399.676
Amortização									
Carteira de clientes	-	-	-	-		(3.795)	(990)	-	(4.785)
Softwares e licenças	(78)	(179)	-	(257)		(3.478)	(1.352)	-	(4.830)
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-		(360)	(100)	-	(460)
	(78)	(179)	-	(257)		(7.633)	(2.442)	-	(10.075)
 Valor residual	 2.982	 2.602	 -	 5.584		 385.410	 4.191	 -	 389.601

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

	Consolidado				Consolidado				
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Saldos em 30.06.2020	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Saldos em 30.06.2021
Custo									
Goodwill	339.105		-	339.105	571.846	141 (a)	-	45.622	617.609
Marcas	1.931	223	-	2.154	2.231	-	-	-	2.231
Carteira de clientes	29.700		-	29.700	120.670	-	-	15.040	135.710
Acordo de não concorrência	-	-	-	-	3.070	-	-	530	3.600
Contratos vantajosos	-	-	-	-	1.160	-	-	220	1.380
Softwares e licenças	1.562	11.005	-	12.567	19.264	9.611	-	-	28.875
Autorização de uso de blocos de radiofrequência	1.768		-	1.768	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	323	136	-	459	3.304	1.245	-	-	4.549
	374.389	11.364	-	385.753	721.545	10.997	-	61.412	793.954
Amortização									
Carteira de clientes	(1.815)	(990)	-	(2.805)	(5.745)	(4.317)	-	-	(10.062)
Acordo de não concorrência	-	-	-	-	(183)	(379)	-	-	(562)
Contratos vantajosos	-	-	-	-	(70)	(158)	-	-	(228)
Softwares e licenças	(135)	(277)	-	(412)	(3.459)	(1.270)	-	-	(4.729)
Autorização de uso de blocos de radiofrequência	(95)	(18)	-	(113)	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	(35)	(122)	-	(157)	(360)	(427)	-	-	(787)
	(2.080)	(1.407)	-	(3.487)	(9.817)	(6.551)	-	-	(16.368)
Valor residual	372.309	9.957	-	382.266	711.728	4.446	-	61.412	777.586

- (a) Valor referente à ajustes decorrentes da conclusão das análises para definição do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, relacionado ao período de revisão de até um ano.

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

A composição do *Goodwill* em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	30.06.2021	31.12.2020
Lafaite	102.874	102.874
DDJL	10.095	10.095
Infoline	100.117	100.117
City 10	56.840	56.840
S&M	5.889	5.889
NWNNet	8.341	8.341
Efibra	11.193	11.193
Melgaço	9.256	9.256
Viaceu	8.037	8.037
Divifibra	6.955	6.955
BD Fibra	8.474	8.474
MC Fibra	7.254	7.254
G4 Telecom	3.780	3.780
MKA	85.473	85.366
INB	147.409	147.375
Empire	28.351	-
Plugnet, G4 e Mega	17.271	-
Total	617.609	571.846

Os ativos classificados como “Software e licenças” correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por valor recuperável.

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis, máquinas e equipamentos utilizados em suas operações. O prazo médio dos arrendamentos de imóveis é de 4,96 anos, enquanto de máquinas e equipamentos é de 6,88 anos. As obrigações da Companhia e suas controladas nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Geralmente, a Companhia e suas controladas estão impedidas de ceder e sublicenciar os ativos arrendados.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

	Controladora	Consolidado
	Direito de uso de ativos	Direito de uso de ativos
Saldo em 31.12.2019	4.867	5.983
Adições	3.456	5.973
Amortização	(567)	(785)
Saldo em 30.06.2020	7.756	11.171

	Controladora	Consolidado
	Direito de uso de ativos	Direito de uso de ativos
Saldo em 31.12.2020	12.035	13.473
Efeito de aquisições em combinações de negócios	-	642
Adições e remensuração	23.652	41.199
Amortização	(2.276)	(3.585)
Saldo em 30.06.2021	33.411	51.729

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o período, já considerando novos contratos e remensurações dos contratos existentes:

	Controladora	Consolidado
	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
Saldo em 31.12.2019	4.867	5.983
Adições	3.456	5.973
Juros	502	663
Pagamentos	(2.215)	(2.430)
Saldo em 30.06.2020	6.610	10.189
Circulante	2.496	2.981
Não circulante	4.114	7.208

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

	Controladora	Consolidado
	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
Saldo em 31.12.2020	10.737	12.174
Efeito de aquisição em combinação de negócios	-	642
Juros	1.929	2.737
Adições e remensuração	23.652	41.199
Pagamentos	(4.220)	(5.508)
Saldo em 30.06.2021	32.098	51.244
Circulante	7.084	11.923
Não circulante	25.014	39.321

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
2 anos	12,39%
3 a 4 anos	12,39%
5 anos	10,60% a 12,39%
10 anos	10,60

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de Caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	91.620	51.244
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(8.475)	(4.740)
	83.145	46.504

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período:

Fluxo Contratual Pagamentos - Consolidado						
	30/06/2021	2022	2023	2024	Acima de 2025	Total
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	5.869	11.507	11.126	10.175	13.440	52.117
Fluxo com Projeção de Inflação	6.302	12.729	12.804	12.183	16.444	60.462

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Materiais para operação	9.492	5.821	25.056	14.572
Tráfego de dados	684	1.514	2.299	1.781
Serviços de terceiros	1.266	1.447	1.369	1.534
Publicidade	439	838	820	1.433
Locação de imóveis e veículos	662	255	876	255
Outros	977	2.772	1.187	3.321
Total	13.520	12.647	31.607	22.896
Circulante	12.333	10.674	30.420	20.923
Não circulante	1.187	1.973	1.187	1.973

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

Instituição	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Santander (a)	Capital de giro	150.295	-	150.295	-
Outras instituições financeiras	Capital de giro	-	247	1.298	381
		150.295	247	151.593	381
	Circulante	9.375	228	9.829	362
	Não circulante	140.920	19	141.764	19

- (a) Em 18 de março de 2021 a Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancária (CCB) com o Banco Santander (Brasil) S.A, no valor de R\$ 150.000, com taxa de CDI + 2,18022% a.a, com o objetivo de manter a disponibilidade de caixa para fazer frente a expansão de suas atividades. A amortização do valor principal conta com uma carência de 12 meses será concluída até 23 de fevereiro de 2026. Em 30 de junho de 2021, o saldo é de R\$ 150.295 na controladora e no consolidado. Esta operação terá seu vencimento antecipado caso a Companhia tenha um endividamento financeiro líquido superior a 3 vezes o EBITDA, em suas demonstrações financeiras anuais. Em 30 de junho de 2021 a Companhia estava em conformidade com os *covenants*.

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações por aquisições de participações societárias

	Controladora					Controladora				
	Saldos em	Juros e variações	Descontos obtidos	Pagamentos	Saldos em	Saldos em	Adições	Pagamentos	Juros e variações	Saldos em
	31.12.2019	Monetárias			30.06.2020	31.12.2020			Monetárias	30.06.2021
Obrigações por aquisições de participações societárias	88.001	1.427	(1.448)	(20.874)	67.106	260.668	63.194	(60.962)	3.330	266.230
Total	88.001	1.427	(1.448)	(20.874)	67.106	260.668	63.194	(60.962)	3.330	266.230
Circulante	-				50.667	50.667				30.453
Não circulante	88.001				16.439	210.001				235.777

	Consolidado					Consolidado				
	Saldos em	Juros e variações	Descontos obtidos	Pagamentos	Saldos em	Saldos em	Adições	Pagamentos	Juros e variações	Saldos em
	31.12.2019	Monetárias			30.06.2020	31.12.2020			Monetárias	30.06.2021
Obrigações por aquisições de participações societárias	88.001	1.427	(1.448)	(20.874)	67.106	269.418	63.194	(62.212)	3.330	273.730
Total	88.001	1.427	(1.448)	(20.874)	67.106	269.418	63.194	(62.212)	3.330	273.730
Circulante	-				50.667	53.167				30.453
Não circulante	88.001				16.439	216.251				243.277

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
ICMS	19.088	8.820	26.060	13.238
PIS e COFINS (a)	1.120	1.094	2.753	2.034
FUST E FUNTEL	532	2.155	682	2.222
IRRF sobre JSCP	83	1.547	175	1.547
ISS, CIDE e outros tributos	95	46	1.374	1.570
	20.918	13.662	31.044	20.611
Circulante	15.321	11.174	22.768	16.239
Não circulante	5.597	2.488	8.276	4.372

(a) Com base na modulação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 13 de maio de 2021, onde decidiu-se que a base da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), não deve conter o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tem efeitos retroativos a 15 de março de 2017, a Companhia já está se creditando mensalmente dos montantes a restituir e está apurando possíveis créditos do passado.

16. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Salários a pagar	248	-	1.841	1.359
13º Salário e encargos	1.520	-	2.416	-
Férias e adicional de férias	3.788	3.074	6.097	4.817
Bônus e premiações	4.638	8.629	4.638	8.629
FGTS	1.234	597	1.846	894
INSS	3.332	2.090	4.835	3.105
IRRF	688	648	755	648
Outros	5	4	13	25
	15.453	15.042	22.441	19.477

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisões para demandas judiciais

Em 30 de junho de 2021 e 2020, as contingências provisionadas estão relacionadas à passivos contingentes oriundos de processos de combinação de negócios e a processos cíveis e ambientais, tributários e trabalhistas e previdenciários, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Passivo contingente	18.091	19.800	42.550	40.500
Trabalhistas e previdenciárias	5	139	121	919
Cíveis	140	1.921	149	2.042
Ambientais	5	5	5	5
Total	18.241	21.865	42.825	43.466

A movimentação da provisão está demonstrada abaixo:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Passivo contingente	Ambiental	Total
Saldo 31.12.2020	1.921	139	19.800	5	21.865
Adições/(Reversões)	(1.689)	650	(2.493)	-	(3.532)
Pagamentos	(92)	-	-	-	(92)
Saldo 30.06.2021	140	789	17.307	5	18.241

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Passivo contingente	Ambiental	Total
Saldos em 31.12.2019	2.439	139	19.800	5	22.383
Adições/(Reversões)	(213)	-	-	-	(213)
Pagamentos	(3)	-	-	-	(3)
Saldos em 30.06.2020	2.223	139	19.800	5	22.167

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Passivo contingente	Ambiental	Total
Saldo 31.12.2020	2.042	919	40.500	5	43.466
Adições/(Reversões)	(1.755)	518	(5.156)	-	(6.393)
Pagamentos	(138)	-	-	-	(138)
Efeito de combinações de negócios	-	238	5.652	-	5.890
Saldo 30.06.2021	149	1.675	40.996	5	42.825

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos trabalhistas

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 30 de junho de 2021, a Companhia era parte em 44 processos judiciais e 27 processos administrativos de natureza trabalhista, sendo classificados como prováveis, 1 processo na controladora, com valor provisionado de R\$5 (R\$139 em 31 de dezembro de 2020) e 13 processos no consolidado, com valor provisionado de R\$ 121 (R\$ 919 em 31 de dezembro de 2020).

Processos cíveis

A Companhia e demais sociedades controladas figuram como rés em 151 processos de natureza cível, divididos entre 123 processos judiciais e 28 processos administrativos, dos quais, 39 processos têm chance de perda provável, para os quais foram constituídas provisões de R\$140 (R\$1.921 em 31 de dezembro de 2020) na controladora, R\$149 (R\$2.042 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

Processos tributários

Não existem processos de natureza tributária com perda provável em 30 de junho de 2021.

Passivo contingente

A Companhia possui passivo contingente de natureza tributária originado em combinações de negócios, cujo valor em 30 de junho de 2021 era de R\$18.091 (R\$19.800 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R\$42.550 (R\$40.500 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

Perdas possíveis

A composição e estimativa das ações de natureza trabalhistas e previdenciárias, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Tributárias	36.344	29.226	36.350	29.226
Trabalhistas e previdenciárias	366	206	399	364
Cíveis	576	241	576	280
Total	37.286	29.673	37.325	29.870

Dos processos acima, os que apresentam maior relevância estão relacionados a temas tributários (recolhimento de ICMS), sendo eles: (i) uma execução fiscal (Processo nº 5010749-72.2021.8.13.0145) promovida pelo Estado de

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Minas Gerais, com valor de perda possível estimado pelos advogados externos da Companhia em R\$ 28.305; e (ii) um auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (PTA 01.001903948-52), com valor de perda possível estimado pelos advogados externos da Companhia em R\$ 8.045.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social subscrito em 30 de junho de 2021 é de R\$ 521.857 (R\$ 521.857 em 31 de dezembro de 2020), representado por 850.526.691 (850.526.691 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e sem valor nominal.

A composição acionária é demonstrada a seguir em quantidade de ações:

Acionistas	30.06.2021	% Part.	31.12.2020	% Part.
Telecom Investimentos S.A.	586.345.197	68,94%	443.718.705	52,17%
Vinci Capital Partners III C Fundo de investimentos em Participações Multiestratégia	110.929.676	13,04%	110.929.676	13,04%
Viareal Participações Ltda.	73.004.509	8,58%	128.048.837	15,06%
Otto Marcelo Giovanetti Lima	11.141.309	1,31%	25.549.240	3,00%
Carlos Felipe Tavares Monteiro	15.585.663	1,83%	37.197.559	4,37%
Cesar Sales Borges	9.814.849	1,15%	41.730.866	4,91%
Júlia Branco Borges	122.173	0,01%	444.558	0,05%
Vagner Soares de Moraes	6.393.249	0,75%	10.842.992	1,27%
Rodrigo Melgaço Alves	28.609.302	3,36%	37.639.700	4,43%
José Oswaldo Pereira de Almeida	5.508.250	0,65%	9.249.780	1,09%
Rodrigo Martins	1.066.896	0,13%	1.757.200	0,21%
Tiago Resende Ferreira e Silva	598.879	0,07%	955.294	0,11%
Marcos Raimundo Ferreira Jr.	575.858	0,07%	933.056	0,11%
Tomás Resende Ferreira e Silva	335.941	0,04%	687.818	0,08%
Sonia Maria Resende e Silva Ferreira	494.940	0,06%	841.410	0,10%
	<u>850.526.691</u>	<u>100%</u>	<u>850.526.691</u>	<u>100%</u>

Durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$90.874.

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de capital

Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia realizou a emissão de 157.444.217 ações, como parte da contraprestação a pagar na aquisição do Grupo MG, gerando uma contribuição de capital (aumento de capital) na Companhia em favor dos vendedores no montante de R\$17.416 e um prêmio na emissão destas ações em favor dos vendedores no montante de R\$196.584.

A Companhia constitui suas reservas de capital em conformidade com o artigo 182 da lei nº 6.404/76, pelo valor das contribuições do subscritor que ultrapassar o valor nominal da emissão de novas ações, valor este último destinado à formação do capital social da Companhia.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos.

19. Plano de pagamento baseado em ações

A Companhia possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, e aditado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2020, que tem por objeto a outorga de opções para aquisição de ações preferenciais, sem direito a voto, de emissão da Companhia ou de suas sucessoras a determinados administradores, gerentes e empregados da Companhia e de suas subsidiárias ("Primeiro Plano"), com seu respectivo primeiro programa regulando as condições de outorga ("Primeiro Programa").

O Primeiro Plano tem como objetivos (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo aos Participantes adquirirem Ações, nos termos, condições e modo previstos neste Primeiro Plano, incentivando sua integração com a Companhia; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco;

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes na Companhia; e (iv) atrair novos talentos para Companhia.

O Primeiro Plano será gerido e administrado por um comitê de assessoramento ao Conselho de Administração (“Comitê”), que terá por competência (i) a criação de cada programa no contexto do Primeiro Plano, anualmente ou em periodicidade superior; (ii) selecionar, dentre os elegíveis, as pessoas eleitas que efetivamente participarão a cada determinado Programa (“Participantes”); (iii) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Primeiro Plano e de seus respectivos programas, zelando por sua correta aplicação; (iv) analisar casos excepcionais, omissões ou dirimir dúvidas quanto à interpretação do Primeiro Plano e de seus respectivos programas; (v) estabelecer os termos, condições e regras específicas, aplicáveis a um ou mais Participantes, sempre que o Primeiro Plano ou os seus programas contiverem expressa previsão de discricionariedade por parte do Comitê; e (vi) recomendar ao Conselho de Administração a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado, para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Primeiro Plano.

O Primeiro Plano está limitado a um número máximo de 41.460.031 (quarenta e um milhões, quatrocentos e sessenta mil, trinta e uma) opções de compra ou subscrição de ações de emissão da Companhia (“Opções”). Para todos os fins do Primeiro Plano, 1 (uma) Opção equivale a 1 (uma) ação preferencial, sem direito de voto, da Companhia (que poderão ser convertidas ações ordinárias no caso de listagem da Companhia no segmento de Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão).

O Comitê poderá estabelecer a aplicação de um preço de outorga a ser pago pelos Participantes eleitos que desejem efetivamente aderir aos programas que venham a ser criados no contexto do Primeiro Plano (o “Preço de Outorga”). Caso seja fixado um Preço de Outorga para um determinado programa, o Comitê deverá fixar o valor, o modo e prazo de pagamento do referido Preço de Outorga.

Além do Preço de Outorga, o Participante pagará à Companhia, quando da integralização ou aquisição da respectiva Ação, o preço de exercício da Opção a ser definido pelo Comitê quando da criação de cada Programa (o “Preço de Exercício”). caberá ao Comitê determinar, no âmbito de cada programa, (i) o período e as condições de vesting a serem observadas pelo Participante para que ele possa exercer as Opções a ele outorgadas no referido Programa (“Período de Vesting”); e (ii) o prazo de exercício das Opções pelo Participante, uma vez que suas Opções estejam Vested (ou seja, uma vez que já tenha transcorrido o Período de Vesting) (o “Período de Exercício”).

Em contrapartida à participação no Primeiro Programa, os Participantes deverão pagar à Companhia um Preço de Outorga por Opção outorgada. O valor global a ser cobrado pela Companhia a título de Preço de Outorga dos Participantes deste Programa será de até R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo que o Preço de Outorga por Opção outorgada até

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 de fevereiro de 2021 será de R\$0,0199039594150306, a partir desta data o preço passa a ser 0,00964784613885118.

As Opções outorgadas aos Participantes no Primeiro Programa poderão ser exercidas pelos Participantes em 5 (cinco) vestings anuais, a razão de 20% (vinte por cento) a cada ano, sendo a data de início de vesting definida para cada outorga definida pelo Comitê no momento de sua aprovação. Cada tranche é lançada em diferentes datas e têm vencimento 24 meses após o último vesting, de maneira que o tempo entre cada outorga e o vencimento é de sete anos.

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Opções Vested	20% das Opções Outorgadas - Vesting 1	20% das Opções Outorgadas - Vesting 2	20% das Opções Outorgadas - Vesting 3	20% das Opções Outorgadas - Vesting 4	20% das Opções Outorgadas - Vesting 5

As movimentações do plano de opções de compra de ações estão demonstradas abaixo:

	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	Tranche 4	Tranche 5	Tranche 6	Tranche 7	Tranche 8	Tranche 9	Total
Outorga	21/01/2019	21/07/2019	21/12/2019	21/01/2020	21/03/2020	21/08/2020	21/01/2021	21/02/2021	09/06/2021	
Saldo em 31.12.2020	20.730	2.073	4.146	2.073	4.146	2.073	-	-	-	35.241
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	2.073	1.824	829	4.726
Prescritas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2021	20.730	2.073	4.146	2.073	4.146	2.073	2.073	1.824	829	39.967

A mensuração do valor justo das opções foi realizada pelo modelo de avaliação Black, Scholes & Merton – BSM, considerando como valor justo das ações objeto da opção na data da outorga conforme a tabela a seguir:

	Valores em R\$ por ação		
	Original	Aditivo	Novas Opções
Tranche 1	1,12099	1,52623	-
Tranche 2	1,12099	1,52623	-
Tranche 3	1,30240	1,52623	-
Tranche 4	1,30240	1,52623	-
Tranche 5	1,09937	1,52623	-
Tranche 6	1,69391	1,52623	-
Tranche 7	-	-	1,52623
Tranche 8	-	-	1,52623
Tranche 9	-	-	2,02028

- Os valores da coluna Original foram aplicados ao cálculo das outorgas originais, conforme aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2019 (“Outorgas Originais”).

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os valores da coluna Aditivo foram aplicados ao cálculo das modificações promovidas pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2020 ("Aditivo") sobre as outorgas anteriores a dezembro de 2020, que alterou as quantidades de opções e o preço de exercício, em virtude do mecanismo antidiluição dos participantes originalmente previsto no Primeiro Plano.
- Os valores da coluna Novas Opções foram usados no cálculo do valor das outorgas posteriores a dezembro de 2020 ("Novas Opções").

O valor justo por ação da Companhia para fins de avaliação das opções corresponde ao preço efetivo de transações mais recentes, anteriores à respectiva data de outorga, envolvendo as ações de emissão da Companhia ou ao valor por ação obtido a partir de avaliações independentes, quando disponíveis, ou a partir de avaliações realizadas internamente. A determinação do valor justo por ação foi realizada em conformidade com o CPC 46 / IFRS 13, que prioriza a mensuração do valor justo de um instrumento patrimonial por meio de avaliação que maximize o uso de dados observáveis relevantes e minimize o uso de dados não observáveis.

O Preço de Exercício foi de R\$1,120991154 para as Outorgas Originais e é de R\$ 0,84640065161421 para o Aditivo e Novas Opções, ambos os valores corrigidos pela variação positiva do IPCA desde 21 de janeiro de 2019 até a data do efetivo pagamento, conforme projeções publicadas pelo Banco Central do Brasil a cada data de outorga. A próxima tabela resume os parâmetros para cada outorga.

	Valores em R\$ por ação		
	Original	Aditivo	Novas Opções
Tranche 1	1,4577	1,1007	-
Tranche 2	1,4660	1,1069	-
Tranche 3	1,4835	1,1201	-
Tranche 4	1,4913	1,1260	-
Tranche 5	1,4903	1,1253	-
Tranche 6	1,4672	1,1078	-
Tranche 7	-	-	1,1502
Tranche 8	-	-	1,1657
Tranche 9	-	-	1,2003

Para o cálculo do valor e despesa, estimou-se a volatilidade esperada com base na média histórica das ações ordinárias de TIM S.A. e Telefônica Brasil S.A. entre 31% e 34% conforme a tabela seguinte:

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Volatilidade esperada		
	Original	Aditivo	Novas Opções
Tranche 1	31,36%	33,34%	-
Tranche 2	31,02%	33,34%	-
Tranche 3	30,72%	33,34%	-
Tranche 4	30,75%	33,34%	-
Tranche 5	32,33%	33,34%	-
Tranche 6	33,79%	33,34%	-
Tranche 7	-	-	33,44%
Tranche 8	-	-	33,43%
Tranche 9	-	-	33,27%

A taxa de dividendos esperados projetou-se igual a zero e taxa de juros livre de risco entre 5,9% e 9% a.a. conforme tabela seguinte:

	Taxa de juros sem risco - % a.a.		
	Original	Aditivo	Novas Opções
Tranche 1	8,95%	5,97%	-
Tranche 2	7,06%	6,14%	-
Tranche 3	6,85%	6,28%	-
Tranche 4	6,61%	6,30%	-
Tranche 5	8,78%	6,35%	-
Tranche 6	6,89%	6,47%	-
Tranche 7	-	-	7,37%
Tranche 8	-	-	7,50%
Tranche 9	-	-	8,46%

A despesa no período seis meses findo em 30 de junho de 2021 é de R\$1.947 (R\$2.951 em 30 de junho de 2020) e foi registrada como despesa de opções de compra de ações (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos baseadas em ações (patrimônio líquido). O valor acumulado registrado como reserva de pagamentos baseados em ações no patrimônio líquido em 30 de junho de 2021, referente aos planos de opções de ações, é de R\$ 8.394 (R\$6.447 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia pretende aprovar em setembro de 2021 alterações pontuais no Primeiro Programa para esclarecer que uma Oferta Pública Inicial de Ações ("IPO") da Companhia é um dos eventos de antecipação de vesting, independente da data em que tal oferta seja realizada e a forma de pagamento do preço de exercício, bem como prever períodos graduais de restrição à transferência (lock-ups) de ações após o exercício das opções que seriam aplicáveis aos executivos em caso de um IPO. Até a presente data, entretanto, tais alterações não haviam sido aprovadas pelos órgãos competentes da Companhia.

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia pretende aprovar em setembro de 2021 um novo Plano de Outorga de Ações Restritas, com número máximo de outorgas equivalente a 2,25% do capital social da Companhia, plano este que entrará em vigor apenas em caso de conclusão de um IPO da Companhia. Até a presente data, entretanto, não houve aprovação de tal Plano de Outorga de Ações Restritas pelos órgãos competentes da Companhia, tampouco houve outorgas relacionadas ao referido Plano de Outorga de Ações Restritas.

20. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Serviços prestados	134.982	-	249.200	99.567
Vendas de mercadorias	-	-	224	-
Receita operacional bruta	134.982	-	249.424	99.567
Impostos sobre serviços prestados	(32.035)	-	(58.783)	(22.985)
Receita operacional líquida	102.947	-	190.641	76.582

A receita é composta substancialmente por serviços de provimento de acesso de banda larga.

21. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Serviços de tráfego de dados	(7.317)	-	(12.188)	(5.473)
Depreciação e amortização	(20.416)	-	(29.744)	(7.727)
Aluguéis de estruturas, máquinas e equipamentos	(2.874)	-	(6.841)	(3.173)
Materiais para prestação de serviços	(769)	-	(2.501)	(1.243)
Salários, encargos e benefícios	(5.379)	-	(11.958)	(4.537)
Gastos com veículos	(396)	-	(464)	(303)
Energia elétrica	(413)	-	(757)	(411)
Outros custos	(846)	-	(1.066)	(54)
	(38.410)	-	(65.519)	(22.921)

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Salários, encargos e benefícios	(6.316)	-	(6.316)	(4.936)
Propaganda e publicidade	(2.890)	(1.550)	(5.129)	(2.065)
Perda de crédito esperada	(2.400)	-	(5.284)	1.835
Outras	(2.343)	(53)	(2.343)	(1.111)
	<u>(13.949)</u>	<u>(1.603)</u>	<u>(19.072)</u>	<u>(6.277)</u>

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021 (reapresentado)	30.06.2020 (reapresentado)	30.06.2021 (reapresentado)	30.06.2020 (reapresentado)
Salários, encargos e benefícios	(16.901)	(9.403)	(21.632)	(13.210)
Serviços de terceiros (b)	(10.259)	(2.307)	(13.213)	(4.741)
Aluguéis, seguros e ocupações	(3.923)	(534)	(5.520)	(937)
Impostos, taxas e contribuições	(3.638)	(76)	(10.540)	(4.383)
Depreciação e amortização	(2.910)	(916)	(2.910)	(1.906)
Opção de compra de ações	(1.947)	(2.951)	(1.947)	(2.951)
Outras despesas	(3.148)	(174)	(4.745)	(892)
Recuperação de despesas (a)	-	14.220	-	-
	<u>(42.726)</u>	<u>(2.141)</u>	<u>(60.507)</u>	<u>(29.020)</u>

(a) Recuperação de despesas refere-se a rateio de despesas de controladas.

(b) Refere-se a serviços de consultoria financeira, jurídica, de informática, regulatória, contábil, técnica, comercial, manutenção, monitoramento, comunicação, RH, softwares e outros.

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

24.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Receitas sobre aplicações financeiras	2.119	224	2.141	235
Juros ativos	1.112	-	1.758	716
Ganhos em instrumentos financeiros	3.171	-	3.171	-
Outras receitas financeiras	54	8	140	9
Total das receitas financeiras	6.456	232	7.210	960

24.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Tarifas e serviços bancários	(2.183)	(13)	(3.125)	(1.661)
Juros passivos	(10.313)	(1.477)	(11.058)	(2.612)
Descontos concedidos	(659)	-	(819)	-
Juros de arrendamentos financeiros	(1.929)	(502)	(2.737)	(663)
Perdas em instrumentos financeiros	(2.960)	-	(2.960)	-
Outras despesas financeiras	(212)	(3)	(659)	(4)
Total das despesas financeiras	(18.256)	(1.995)	(21.358)	(4.940)

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social

- a) A reconciliação do resultado com o imposto de renda e contribuição social dos períodos findos em 30 de junho 2021 e 2020 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021 (reapresentado)	30.06.2020 (reapresentado)	30.06.2021 (reapresentado)	30.06.2020 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	28.286	10.303	33.598	15.945
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(9.617)	(3.503)	(11.423)	(5.421)
Resultado de equivalência patrimonial	11.334	4.973	-	-
Efeito de constituição de IR diferido no período	-	-	7.813	2.038
Outras permanentes	(326)	(1.891)	(311)	(2.719)
Imposto de renda e contribuição social no resultado no período	1.391	(421)	(3.921)	(6.103)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(944)	(267)	(13.166)	(7.947)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.335	(154)	9.245	1.844
Imposto de renda e contribuição social no resultado no período	1.391	(421)	(3.921)	(6.103)
Alíquota efetiva	4,92%	-4,09%	-11,67%	-38,27%

- b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021 (reapresentado)	31.12.2020 (reapresentado)	30.06.2021 (reapresentado)	31.12.2020 (reapresentado)
Amortização de mais-valia gerada em combinações de negócios	-	-	2.561	903
Provisão para demandas judiciais	925	1.522	4.008	1.522
Provisão para perda de crédito esperada	2.026	1.163	3.699	1.163
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	9.608	4.234	9.608	4.234
Premiações	1.567	2.357	1.579	2.357
Efeitos de arrendamentos (IFRS 16)	1.389	684	1.112	684
Operações com instrumentos financeiros	282	-	308	-
Outras provisões	-	-	885	-
Despesa com pagamento baseado em ações	2.842	2.192	2.842	1.691
Total tributos diferidos ativos	18.639	12.152	26.602	12.554
Outras receitas	-	(102)	(150)	(102)
Amortização fiscal de ágio	(7.089)	(2.836)	(7.089)	(2.836)
Total tributos diferidos passivos	(7.089)	(2.938)	(7.239)	(2.938)
Tributos diferidos líquidos	11.550	9.214	19.363	10.117

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Consolidado	31.12.2020	Adições	Baixas	30.06.2021 (reapresentado)
Amortização de mais-valia gerada em combinações de negócios	903	1.658	-	2.561
Provisão para demandas judiciais	1.522	2.486	-	4.008
Provisão para perda de crédito esperada	1.163	2.536	-	3.699
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	4.234	5.374	-	9.608
Premiações	2.357	-	(778)	1.579
Outras provisões	-	885	-	885
Efeitos de arrendamentos (IFRS 16)	684	428	-	1.112
Operações com instrumentos financeiros	-	308	-	308
Despesa com pagamento baseado em ações	2.192	650	-	2.842
Outras receitas	(102)	(48)	-	(150)
Amortização fiscal do ágio	(2.836)	(4.253)	-	(7.089)
	10.117	10.024	(778)	19.363

Consolidado	31.12.2019	Adições	Baixas	30.06.2020
Amortização de mais-valia gerada em combinações de negócios	867	2.037	-	2.904
Provisão para demandas judiciais	878	-	(585)	293
Provisão para perda de crédito esperada	1.835	-	(38)	1.797
Despesa com pagamento baseado em ações	549	796	-	1.345
	4.129	2.833	(623)	6.339

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por ano de realização

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando-se a existência de lucro tributável e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas prevê que a realização dos tributos diferidos se dará como segue:

	Consolidado (reapresentado)
2021	2.962
2022	4.317
2023	4.383
2024	4.831
2025	4.563
acima 2026	5.546
	26.602

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

	30.06.2021	30.06.2020
	(reapresentado)	(reapresentado)
Número de ações	850.526.691	398.006.240
Lucro líquido do período	29.677	9.882
Resultado básico por ação ordinária (em R\$)	0,034892	0,024829
Resultado diluído por ação ordinária (em R\$)	0,034289	0,024089

O número de ações para o período foi calculado através da média ponderada de ações ordinárias mantidas em poder dos acionistas, conforme CPC 41 - Resultado por Ação.

27. Gestão de riscos e Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxas de juros e de moeda. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, obrigações por aquisições de participações societárias e aplicações financeiras.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Representado pela possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seu contas a receber.

Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas atuam na gerência de contas a receber, detectando os segmentos de clientes com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de serviços de telecomunicações e implementando políticas específicas de cobrança

c) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	30.06.2021					
	Controladora			Consolidado		
	1 ano	2 a 5 anos	Total	1 ano	2 a 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	12.333	1.187	13.520	30.420	1.187	31.607
Empréstimos e financiamentos	9.375	140.920	150.295	9.829	141.764	151.593
Obrigações por aquisições de participações societárias	30.453	235.777	266.230	30.453	243.277	273.730
Passivo de arrendamento	7.084	25.014	32.098	11.923	39.321	51.244
Instrumentos financeiros derivativos	1.049	-	1.049	1.049	-	1.049
	60.294	402.898	463.192	83.674	425.549	509.223
	31.12.2020					
	Controladora			Consolidado		
	1 ano	2 a 5 anos	Total	1 ano	2 a 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	10.674	1.973	12.647	20.923	1.973	22.896
Empréstimos e financiamentos	228	19	247	362	19	381
Obrigações por aquisições de participações societárias	50.667	210.001	260.668	53.167	216.251	269.418
Passivo de arrendamento	2.375	8.362	10.737	2.981	9.193	12.174
Instrumentos financeiros derivativos	221	-	221	221	-	221
	64.165	220.355	284.520	77.654	227.436	305.090

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	150.295	247	151.593	381
Obrigações por aquisições de participações societárias	266.230	260.668	273.730	269.418
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(170.657)	(159.500)	(188.341)	(173.559)
(=) Dívida líquida	245.868	101.415	236.982	96.240
Passivos de arrendamento	32.098	10.737	51.244	12.174
(=) Dívida considerando passivos de arrendamento	277.966	112.152	288.226	108.414
Patrimônio líquido	770.832	739.499	770.832	739.499
Dívida e patrimônio líquido	1.048.798	851.651	1.059.058	847.913

e) Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisições de participações societárias e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 30 de junho de 2021:

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário em 30 de junho 30 de junho de 2021 (Controladora)

Operação	Risco	30.06.2021	Cenário Provável	Aumento do indexador	
				Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	170.657	181.750	184.523	187.296
Empréstimos e financiamentos	Dívida	(150.295)	(160.064)	(162.506)	(164.949)
Obrigações por aquisições de participações societárias	Dívida	(266.230)	(283.535)	(287.861)	(292.187)
	Líquido	(245.868)	(261.849)	(265.845)	(269.840)
Efeito líquido no resultado			(15.981)	(19.977)	(23.972)
Cenários Indexador (CDI)			Provável 6,50%	Cenário II 8,13%	Cenário III 9,75%

Cenário em 30 de junho 30 de junho de 2021 (Consolidado)

Operação	Risco	30.06.2021	Cenário Provável	Aumento do indexador	
				Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	188.341	200.583	203.644	206.704
Empréstimos e financiamentos,	Dívida	(151.593)	(161.447)	(163.910)	(166.373)
Obrigações por aquisições de participações societárias	Dívida	(273.730)	(291.522)	(295.971)	(300.419)
	Líquido	(236.982)	(252.386)	(256.237)	(260.088)
Efeito líquido no resultado			(15.404)	(19.255)	(23.106)
Cenários Indexador (CDI)			Provável 6,50%	Cenário II 8,13%	Cenário III 9,75%

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil		Valor justo	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	170.657	159.500	170.657	159.500
Conta a receber de clientes	31.973	28.847	31.973	28.847
Adiantamento a fornecedores	2.019	3.811	2.019	3.811
Outros ativos	2.599	1.491	2.599	1.491
Total	207.248	193.649	207.248	193.649
	Valor contábil		Valor justo	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Passivos financeiros				
Passivos de arrendamento	32.098	10.737	32.098	10.737
Obrigações por aquisições de participação societárias	266.230	260.668	266.230	260.668
Fornecedores	13.520	12.647	13.520	12.647
Empréstimos e financiamentos	150.295	247	150.295	247
Outros passivos	10.830	6.464	10.830	6.464
Instrumentos financeiros derivativos	1.049	221	1.049	221
Total	474.022	290.984	474.022	290.984

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil		Valor justo	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	188.341	173.559	188.341	173.559
Conta a receber de clientes	58.211	41.756	58.211	41.756
Adiantamento a fornecedores	2.795	4.901	2.795	4.901
Outros ativos	2.953	1.387	2.953	1.387
Total	252.300	221.603	252.300	221.603
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	151.593	381	151.593	381
Passivos de arrendamento	51.244	12.174	51.244	12.174
Obrigações por aquisições de participação societárias	273.730	269.418	273.730	269.418
Fornecedores	31.607	22.896	31.607	22.896
Outros passivos	11.218	6.843	11.218	6.843
Instrumentos financeiros derivativos	1.049	221	1.049	221
Total	520.441	311.933	520.441	311.933

g) Estimativa do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

	Consolidado		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	188.341	-	188.341
Contas a receber	-	58.211	58.211
Adiantamento a fornecedores		2.795	2.795
Outros ativos		2.953	2.953
Total	188.341	63.959	252.300

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	31.607	31.607
Empréstimos e financiamentos	-	151.593	151.593
Passivos de arrendamento	-	51.244	51.244
Obrigações por aquisições de participação societária	-	273.730	273.730
Outros passivos		11.218	11.218
Instrumentos financeiros derivativos	1.049		1.049
Total	1.049	519.392	520.441

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Os saldos de aplicações financeiras informados nas demonstrações financeiras são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 30 de junho de 2021:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	188.341			188.341
Total do Ativo	188.341			188.341
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	1.049			1.049
Total do Passivo	1.049			1.049

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas foram *Non-deliverable forwards* e tem o objetivo de proteger da exposição cambial, sobre aquisição de equipamentos para a prestação de serviços. Ganhos e perdas realizados e não realizados referente a estes contratos são registrados no resultado financeiro líquido. Em 30 de junho de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui os seguintes contratos:

	Controladora e Consolidado			
	Valor de referência		Valor justo	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Objeto de hedge	Estoque	Estoque	Estoque	Estoque
Ponta ativa instrumento financeiro	27.512	36.377	27.512	36.377
Ponta passiva instrumento financeiro	(28.561)	(36.598)	(28.561)	(36.598)
Posição líquida a pagar / (a receber)	(1.049)	(221)	(1.049)	(221)

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

Controladora						
	31.12.2019	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Reembolsos	Juros	Adições
						30.06.2020
Passivos de arrendamento - circulante	1.096	(2.215)		-	178	3.437
Passivos de arrendamento - não circulante	3.771	-		-	324	19
Contas a pagar por aquisições	88.001	(19.532)	(1.342)	(1.448)	1.427	-
Total	92.868	(21.747)	(1.342)	(1.448)	1.929	3.456
						73.716

Controladora									
	31.12.2020	Pagamento de principal	Juros pagos	Liquidação de Instrumentos Financeiros	Novas captações	Combinações de negócios	Juros	Variação monetária e cambial	Adoção IFRS 16 e remensurações
									30.06.2021
Empréstimos e financiamentos - circulante	228	(206)	(22)	-	9.375	-	-	-	9.375
Empréstimos e financiamentos - não circulante	19	(18)	(3.154)	-	140.625	-	3.448	-	140.920
Passivos de arrendamento – circulante	2.375	(4.220)	-	-	-	-	299	-	8.630
Passivos de arrendamento - não circulante	8.362	-	-	-	-	-	1.630	-	15.022
Contas a pagar por aquisições	260.668	(60.637)	(325)	-	-	63.194	3.330	-	266.230
Instrumentos financeiros derivativos	221		-	(1.039)		-	-	1.867	1.049
Total	271.873	(65.081)	(3.501)	(1.039)	150.000	63.194	8.707	1.867	23.652
									449.672

Vero S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
	31.12.2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Descontos obtidos	Juros	Transferências	Adoção IFRS 16 e remensurações	30.06.2020
Empréstimos e financiamentos - circulante	571	(169)	(71)	-	38	17	-	386
Empréstimos e financiamentos - não circulante	218	(93)	(20)	-	17	(17)	-	105
Passivos de arrendamento – circulante	1.484	(2.430)	-	-	132	-	3.795	2.981
Passivos de arrendamento - não circulante	4.499	-	-	-	531	-	2.178	7.208
Contas a pagar por aquisições	88.001	(19.532)	(1.342)	(1.448)	1.427	-	-	67.106
Total	94.773	(22.224)	(1.413)	(1.448)	2.145	-	5.973	77.786

	Consolidado									
	31.12.2020	Pagamento de principal	Juros pagos	Liquidação de Instrumentos Financeiros	Novas captações	Incorporações / Combinações de negócios	Juros	Variação monetária e cambial	Adoção IFRS 16 e remen/surações	30.06.2021
Empréstimos e financiamentos - circulante	362	(46)	(4)	-	9.375	130	12	-	-	9.829
Empréstimos e financiamentos - não circulante	19	(1.465)	(3.268)	-	140,625	2.378	3.475	-	-	141.764
Passivos de arrendamento – circulante	2.981	(5.508)	-	-	-	(861)	928	-	14.383	11.923
Passivos de arrendamento - não circulante	9.193	-	-	-	-	1.503	1.809	-	26.816	39.321
Contas a pagar por aquisições	269.418	(61.887)	(325)	-	-	63.194	3.330	-	-	273.730
Instrumentos financeiros derivativos	221	-	-	(1.039)	-	-	-	1.867	-	1.049
Total	282.194	(68.906)	(3.597)	(1.039)	150.000	66.344	9.554	1.867	41.199	477.616

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Partes relacionadas

		Controladora			
		Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020
Sócios minoritários	(a)	(2)	(17)	(134)	(137)
Viareal participações	(a)	-	-	(130)	(104)
Sócios minoritários	(b)	-	-	-	(941)
Viareal participações	(b)	-	-	-	(485)
Total passivo		(2)	(17)	(264)	(1.667)
MKanet Serviços e Comércio de Informática Ltda.	(c)	2.168	-	2.168	-
INB Telecom EIRELI	(c)	4.246	-	4.246	-
Empire Serviços de Internet Ltda.	(c)	524	-	524	-
Lafaiete	(c)	-	-	-	4.824
City10	(c)	-	-	-	2.226
Infoline	(c)	-	-	-	4.216
NW Net	(c)	-	-	-	2.954
Total ativo		6.938	-	6.938	14.220
Total		6.936	(17)	6.674	12.553

- (a) Valores referentes à locação de imóveis utilizados como lojas e POP's (Pontos de presença de rede), são avaliados pelos valores e condições de mercado da região
- (b) Atualização monetária do passivo por obrigação por aquisição de participação societária, relativo a a aquisição das empresas do Grupo Vero, ocorrida em 21 de janeiro de 2019. O saldo foi integralmente liquidado durante o exercício de 2020.
- (c) Refere-se a saldos receber relativo a compartilhamento de despesas.

Pagamento do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composta basicamente pelos diretores estatutários. O pagamento do período pago ou a pagar ao pessoal chave da Administração, pelos serviços prestados, está apresentada a seguir:

		Controladora e Consolidado	
		30.06.2021	30.06.2020
		(reapresentado)	(reapresentado)
Salários e outros benefícios de curto prazo		3.911	3.906
Pagamento baseado em ações		1.947	2.951
		5.858	6.857

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas mantinham suas apólices e as coberturas totais por ramo são as seguintes:

	Importância segurada			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.21	31.12.20	30.06.21	31.12.20
Responsabilidade cível dos diretores e administradores	75.000	30.000	75.000	30.000
Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000
Compreensivo empresarial	75.496	39.602	75.496	39.602

31. Transações que não afetam o caixa

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Arrendamentos contratados	23.748	3.456	40.987	5.973

32. Eventos subsequentes

a) Aquisições

Aquisição da Neorede Telecomunicação Ltda. (“Neorede”)

No dia 13 de julho de 2021, a Companhia assinou o Acordo de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para a potencial aquisição de 100% do capital social da Neorede Telecomunicação Ltda., empresa que opera no mesmo segmento da Companhia (internet banda larga) no Estado de Santa Catarina, presente na região da Grande Florianópolis e Vale do Rio Tijucas.

O contrato assinado entre as partes prevê, pela aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Neorede, o valor de contraprestação de R\$161.484, sujeito a ajuste em virtude da quantidade final de usuários/acessos da e da dívida líquida da Neorede na data do fechamento da operação, a ser pago em seis parcelas, sendo a primeira parcela na data do fechamento e mais cinco parcelas anuais e consecutivas, contadas da data do fechamento da transação, não sujeitas à antecipação.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A efetiva aquisição da Neorede pela Companhia está sujeita ao cumprimento ou à ocorrência de condições suspensivas usuais em aquisições de controle e previstas no referido contrato, incluindo, entre outros, a conclusão de diligência e auditoria da Neorede em termos satisfatórios à Companhia e o cumprimento de determinadas obrigações perante terceiros. A Companhia estima que o cumprimento ou a verificação de todas as condições suspensivas pactuadas contratualmente e, conseqüentemente, a efetiva aquisição da Neorede ocorrerá até o final de 2021. Cumpre esclarecer que a Companhia, na presente data, não detém o controle, a gestão dos negócios ou a propriedade de qualquer participação societária da Neorede, visto que a conclusão da transação ainda não ocorreu.

Aquisição da HTEC Telecomunicações Ltda. (“GTC Telecom”)

Em setembro de 2021, a Companhia assinou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para a potencial aquisição de 100% do capital social da GTC Telecom, empresa que opera no mesmo segmento da Companhia (internet banda larga), no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na cidade de Montenegro.

O contrato assinado entre as partes prevê, pela aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da GTC Telecom, o valor de contraprestação de R\$42.500, sujeito a ajuste em virtude da dívida líquida da GTC Telecom na data do fechamento da operação, a ser pago em seis parcelas, sendo a primeira parcela na data do fechamento e mais cinco parcelas anuais e consecutivas, contadas da data do fechamento da transação, não sujeitas à antecipação.

A efetiva aquisição da GTC Telecom pela Companhia está sujeita ao cumprimento ou à ocorrência de condições suspensivas usuais em aquisições de controle e previstas no referido contrato, incluindo, entre outros, a conclusão de diligência e auditoria da GTC Telecom em termos satisfatórios à Companhia e o cumprimento de determinadas obrigações perante terceiros. A Companhia estima que o cumprimento ou a verificação de todas as condições suspensivas pactuadas contratualmente e, conseqüentemente, a efetiva aquisição da GTC Telecom ocorrerá até o final de 2021. Cumpre esclarecer que a Companhia, na presente data, não detém o controle, a gestão dos negócios ou a propriedade de qualquer participação societária da GTC Telecom, visto que a conclusão da transação ainda não ocorreu.

b) Plano de pagamento baseado em ações

No mês de julho de 2021 ocorreu a outorga de 1.493 opções no contexto do Primeiro Programa do Primeiro Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia.

c) Reestruturação societária

Em 31 de julho de 2021, a Companhia realizou uma reestruturação em suas controladas, sendo incorporadas as empresas Mega Simples Telecom Ltda. e Plugnet Tecnologia e Informática Ltda. na empresa G4 Telecomunicações, Comércio e Serviço de Informática.

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Acordo extrajudicial

Em 12 de agosto de 2021, foi homologado pela Justiça do Trabalho um acordo extrajudicial celebrado pela Companhia no montante de R\$ 660. A Companhia não espera desembolso adicional às partes envolvidas em tal acordo, considerando a homologação mencionada.

33. Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia está reapresentando as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do semestre findo em 30 de junho de 2021, devido a mudança na política contábil para mensuração do valor justo do plano de pagamento baseado em ações. Os efeitos desta mudança estão sendo apresentados em conformidade com o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2021:

	Controladora			Consolidado		
	30.06.2021	Ajustes	Reapresentado	30.06.2021	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Total do ativo circulante	231.142	-	231.142	290.233	-	290.233
Não circulante	25.101	792	25.893	29.599	792	30.391
Tributos diferidos (a)	10.758	792 (b)	11.550	18.571	792 (a)	19.363
Total do ativo não circulante	1.073.230	792	1.074.022	1.113.077	792	1.113.869
Total do ativo	1.304.372	792	1.305.164	1.403.310	792	1.404.102
Passivo						
Total do passivo circulante	103.612	-	103.612	152.636	-	152.636
Total do passivo não circulante	429.928	-	429.928	479.842	-	479.842
Patrimônio líquido	770.832	792 (a)/(b)	771.624	770.832	792	771.624
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.304.372	792	1.305.164	1.403.310	792	1.404.102

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado em 30 de junho de 2021

	Controladora			Consolidado		
	30.06.2021	Ajustes	Reapresentado	30.06.2021	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	102.947	-	102.947	190.641	-	190.641
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(38.410)	-	(38.410)	(65.519)	-	(65.519)
Lucro bruto	64.537	-	64.537	125.122	-	125.122
Receitas (despesas) operacionais	(23.599)	(852)	(24.451)	(76.524)	(852)	(77.376)
Despesas com vendas	(13.949)	-	(13.949)	(19.072)	-	(19.072)
Gerais e administrativas	(41.874)	(852) (a)	(42.726)	(59.655)	(852)	(60.507)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.111)	-	(1.111)	2.203	-	2.203
Resultado de equivalência patrimonial	33.335	-	33.335	-	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	40.938	(852)	40.086	48.598	(852)	47.746
Receitas financeiras	6.456	-	6.456	7.210	-	7.210
Despesas financeiras	(18.256)	-	(18.256)	(21.358)	-	(21.358)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	29.138	(852)	28.286	34.450	(852)	33.598
Imposto de renda e contribuição social corrente	(944)	-	(944)	(13.166)	-	(13.166)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.045	290 (b)	2.335	8.955	290	9.245
Lucro líquido do exercício	30.239	(562)	29.677	30.239	(562)	29.677

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora			Consolidado		
	Apresentada Anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentada Anteriormente	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Total do ativo circulante	211.668	-	211.668	245.749	-	245.749
Não circulante						
Tributos diferidos	8.713	501 (a)	9.214	9.616	501 (a)	10.117
Outras contas do ativo não circulante	893.436	-	893.436	921.405	-	921.405
Total do ativo não circulante	902.149	501	902.650	931.021	501	931.522
Total do ativo	1.113.817	501	1.114.318	1.176.770	501	1.177.271
Passivo						
Total do passivo circulante	126.414	-	126.414	158.075	-	158.075
Total do passivo não circulante	247.904	-	247.904	279.196	-	279.196
Patrimônio líquido	739.499	501 (a)/(b)	740.000	739.499	501 (a)/(b)	740.000
Total do passivo	1.113.817	501	1.114.318	1.176.770	501	1.177.271

Vero S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado em 30 de junho de 2020

	Controladora			Consolidado		
	30.06.2020	Ajustes	Reapresentado	30.06.2020	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	76.582	-	76.582
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	-	(22.921)	-	(22.921)
Lucro bruto	-	-	-	53.661	-	53.661
Receitas (despesas) operacionais	13.314	(1.248)	12.066	(32.488)	(1.248)	(33.736)
Despesas com vendas	(1.603)	-	(1.603)	(6.277)	-	(6.277)
Gerais e administrativas	(893)	(1.248) (a)	(2.141)	(27.772)	(1.248) (a)	(29.020)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.184	-	1.184	1.561	-	1.561
Resultado de equivalência patrimonial	14.626	-	14.626	-	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	13.314	(1.248)	12.066	21.173	(1.248)	19.925
Receitas financeiras	232	-	232	960	-	960
Despesas financeiras	(1.995)	-	(1.995)	(4.940)	-	(4.940)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.551	(1.248)	10.303	17.193	(1.248)	15.945
Imposto de renda e contribuição social corrente	(267)	-	(267)	(7.947)	-	(7.947)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(578)	424 (b)	(154)	1.460	424 (b)	1.884
Lucro líquido do exercício	10.706	(824)	9.882	10.706	(824)	9.882

(a) Efeito do ajuste de cálculo do valor justo das opções de pagamento em ações;

(b) Efeito de imposto de renda e contribuição social diferido sobre o ajuste de cálculo do valor justo das opções de pagamento em ações.

Demonstração do fluxo de caixa

Não existe impactos materiais nas atividades operacionais, de investimentos e financiamentos na demonstração do fluxo de caixa em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020.

Demonstração do valor adicionado

Não existem impactos materiais nas distribuições dos valores adicionados em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020.
